



**Poder Judiciário do Maranhão
Tribunal de Justiça**

CLIPPING IMPRESSO

08/06/2015

INDICE

1. ASSESSORIA	
1.1. JORNAL PEQUENO.....	1
2. PRESIDÊNCIA	
2.1. JORNAL ITAQUI BACANGA.....	2 - 3

Governo lança o programa 'Mais Vida no Trânsito'



O programa, coordenado pelo Detran, consiste em um conjunto de estratégias desenvolvidas para reduzir o número de acidentes de trânsito em todo o Maranhão, com foco principal nas motocicletas, que correspondem hoje a quase 60% da frota de veículos do estado.

Política 03

Governo lança o 'Mais Vida no Trânsito' para reduzir acidentes de trânsito no estado

O governador Flávio Dino lançou na tarde desta segunda-feira (1º), no auditório do Palácio Henrique de La Rocque, o programa 'Mais Vida no Trânsito'. O programa, coordenado pelo Departamento Estadual de Trânsito (Detran-MA), consiste em um conjunto de estratégias desenvolvidas para reduzir o número de acidentes de trânsito em todo o Maranhão, com foco principal nas motocicletas, que correspondem hoje a quase 60% da frota de veículos do estado.

Inicialmente o 'Mais Vida no Trânsito' possui três ações emergenciais: entrega do manual técnico de municipalização do trânsito às prefeituras, realização do concurso 'Prefeito Defensor da Vida no Trânsito' e o projeto de lei 'Moto Legal'.

De acordo com o Mapa da Violência 2014, o Maranhão foi o estado brasileiro com o maior crescimento do número de mortes no trânsito, com aumento de 150% em apenas uma década, passando de 682 mortes em 2002 para 1.705 em 2012. Atualmente, mais da metade dos leitos de UTIs hospitalares no estado (63%) são ocupados por vítimas de acidentes de trânsito, segundo dados da Secretaria de Estado de Saúde. Quase a metade (42%) dos casos de paralisias físicas ocorre em decorrência de acidentes de trânsito.

O governador Flávio Dino explicou que o programa 'Mais Vida no Trânsito' é um compromisso da gestão para diminuir o alto índice de acidentes, principalmente, envolvendo motociclistas. "O Maranhão ocupa hoje o primeiro lugar no Brasil em número de acidentes com motociclistas. Para retirar o estado desta posição, o governo abre mão de R\$ 15 milhões de arrecadação tributária para estimular a regularização das motos.



O governador Flávio Dino, entre o presidente da Assembleia Legislativa, deputado Humberto Coutinho, e o diretor do Detran, Antonio Nunes, explica objetivo do programa.

Com isso, melhoramos a vida do condutor maranhense quando nos unimos em torno de uma causa, no caso o programa, e assim, podemos chegar a resultados positivos com um trânsito seguro", afirmou.

O diretor-geral do Detran, Antônio Nunes, destacou que o programa além de reduzir o índice de acidente com motos, irá regularizar a situação dos inadimplentes com o IPVA. "O 'Mais Vida no Trânsito' incentiva o condutor a quitar novos e antigos débitos relacionados ao IPVA, e claro, reduzirá significativamente as estatísticas de acidentes com motociclistas".

Estiveram presentes no lançamento do programa os secretários Jefferson Portela (Segurança), Marcos Pacheco (Saúde), Marcellus Alves (Fazenda), Márcio Jerry (Articulação Política e Assuntos Federativos), Robson Paz (Comunicação), Marcelo Tavares (Casa Civil), Cynthia Mota (Planejamento) e Julião Amin (Trabalho e Economia Solidária),

o presidente da Emap, Ted Lago, o procurador-geral do estado, Rodrigo Maia, sub-procurador, Francisco Ramos, o deputado federal Weverton Rocha, Anildes Cruz, vice-presidente do Tribunal de Justiça; Humberto Coutinho, presidente da Assembleia, os deputados estaduais, Marco Aurélio e Fernando Furtado, ambos do PCdoB, e Rafael Leitoa (PDT), além de vários prefeitos maranhenses.

Manual de Integração

O programa 'Mais Vida no Trânsito' pretende reforçar a municipalização do trânsito nas cidades do interior. Na cerimônia de lançamento do programa, os prefeitos maranhenses receberam o "Manual de Integração dos Municípios ao Sistema Nacional de Trânsito", um guia técnico elaborado pelo Detran para orientar as prefeituras na aplicação da gestão do trânsito nos municípios. Atualmente, dos 217 municípios maranhenses, somente 52 tem a gestão do trânsito municipalizada.

'Prefeito Defensor da Vida no

Trânsito'

O concurso é outra estratégia do programa que premiará em 2016 os três municípios que mais se destacarem na aplicação de políticas públicas para a melhoria do trânsito. Só vai poder participar do concurso a prefeitura que tiver o trânsito municipalizado.

Projeto de lei 'Moto Legal'

Voltado para a segurança de motociclistas, o projeto incentiva à regularização de motos e motociclistas, visando também reduzir acidentes e crimes. Três medidas estão incluídas neste projeto: redução de 50% do IPVA para as novas motos; isenção do IPVA para as motos irregulares e que forem apresentadas até o dia 31 de dezembro no Detran; redução perene de 50% para motos avaliadas no valor venal de até 10 mil reais. A redução de 50% do IPVA para as novas motos só valerá para os motociclistas que possuir carteira de habilitação e utilizar o equipamento de segurança, capacete.



Justiça & Cidadania

Antonio Carlos

acarloslua@folha.com.br

Sociedade caótica

O Brasil não respeita os idosos e ainda não entendeu que a velhice significa o próprio direito que cada ser humano tem de viver com dignidade, exercendo plenamente sua cidadania.

No ano que o Estatuto do Idoso (Lei 10.741/03) completou 13 anos, e 21 anos após a edição da Lei de Política Nacional do Idoso (Lei 8.842/94), a violência contra a população idosa segue silenciosa.

Apesar da legislação garantir que o envelhecimento é um direito personalíssimo, não estão sendo assegurados ao idoso – como pessoa humana e sujeito de direitos civis – a liberdade, o respeito e a dignidade.

A sociedade caótica que constantemente se digladiada não aceita a idéia do envelhecimento e trata os idosos como pertencentes ao “Mito da Velhice”, considerando estes como cidadãos de segunda classe, quando se refere à produção, ao trabalho, ao lazer, à educação e à oportunidade.

Esquece a sociedade que ela está num contínuo processo de envelhecimento, que seus membros são “envelhecetes” desde que nasceram e que sempre lançam mão da dignidade como forma de defesa todas as vezes que têm seus direitos esbulhados.

Infelizmente, o descaso com o idoso no Brasil não parece ser passageiro. Mesmo existindo suficientes dispositivos legais e normativos para o enfrentamento da violência contra este segmento social, existe uma imensa distância entre as leis e sua implementação.

As próprias famílias não cuidam mais de seus ascendentes, que ficam à mercê da violência social, psicológica e física, que se evidencia na precariedade do tratamento familiar, dos serviços e programas sociais.

O Poder Público, por sua vez, não desenvolve políticas consistentes de proteção ao idoso, embora a Constituição Federal estabeleça em seu artigo 230 que “a família, a sociedade e o Estado têm o dever de amparar as pessoas idosas, defendendo sua dignidade e garantindo-lhes o direito à vida”.

A Constituição Federal de 1988 deu nova forma à visão dos Direitos e Garantias Fundamentais, nos conscientizando de uma atribuição que já deveria estar internalizada, por ser diretamente relacionada à célula mater da sociedade – a família.

É dever da família, da sociedade civil organizada e do Estado

apoiar iniciativas que amparem as pessoas idosas, para garantir sua dignidade e sua participação na comunidade. Uma das qualidades essenciais para a caracterização de família é a eternalização dos laços afetivos, morais e quicá jurídicos.

Sob este aspecto, a Constituição Federal vigente representou um avanço nas relações sociais que dizem respeito ao idoso, tendo em vista que as leis civis utilizadas anteriormente à sua promulgação posicionavam os idosos numa condição de quase interditos.

Diante de um cenário social em que temos uma legislação que protege os idosos, cabe ao Poder Público estruturar ações para assegurar os direitos destes, ancorados na Política Nacional do Idoso (Lei 8.842/94), que foi o grande marco para a extensão desses direitos.

Não é plausível que a sociedade brasileira, que sempre lutou por ideais de liberdade, igualdade e fraternidade acabe esquecendo e, conseqüentemente, banindo e rejeitando um segmento tão importante e expressivo.

No atual modelo econômico neoliberal – que atribui importância exacerbada ao lucro, à produtividade e ao consumo – o jovem é supervalorizado, enquanto o idoso é frequentemente considerado um inútil, um peso morto para a família e para sociedade, e um improdutivo para o Estado. Daí, o desprezo por ele e o desrespeito à sua dignidade.

Ricos do planeta

Cerca de 2% dos países mais ricos do planeta possuem mais da metade da riqueza mundial, segundo a ONU. A estatística levou em conta o tamanho populacional e variáveis como ativos e passivos financeiros e outras propriedades tangíveis.

Combate à criminalidade

O Poder Público só combate a violência em situações emergenciais e não toma medidas efetivas para acabar com a criminalidade.

Violência doméstica

A violência doméstica contra a mulher ainda é um dos principais problemas sociais no país. A cada 15 segundos uma mulher é agredida, o que garante ao Brasil a infeliz posição de quinto país mais violento do mundo. A omissão da vítima em denunciar o agressor ainda é um entrave para a punição dos culpados.

Colarinho branco

Os crimes de colarinho branco têm grande potencial e geram consequências drásticas para o país. Desvios de dinheiro, sonegação de impostos, corrupção, são infrações nocivas à sociedade e provocam o descuido das instituições, sugando recursos que poderiam ser aplicados em educação, saúde e redução da desigualdade social.

De zero a dez

Despencou a avaliação dos novos congressistas. Antes da posse, 43% acreditavam que eles teriam um ótimo desempenho. Agora, a avaliação caiu para 16%. Antes do início da legislatura atual, os eleitores estavam esperançosos. Só 14% apostavam em um Congresso ruim ou péssimo. O percentual agora é de expressivos 30%.

Direitos humanos

Não é apenas nas ditaduras que os direitos humanos são ameaçados e violados. A barbárie se estabelece também nas democracias, se não houver vigilância cívica e cidadania ativa.